



Defenda a Educação Pública!

Muitos colegas compreendem a importância estratégica para o país de uma Educação Pública de qualidade em todos os níveis. Temos agora, uma das melhores oportunidades dos últimos anos para concretizar um pequeno, mas importante, ganho nessa luta.

Em decisão histórica, a Assembléia Legislativa de São Paulo (Alesp) aprovou na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) um adicional nas verbas para a Educação Pública em 2006, que iriam de 30% para 31% da receita de impostos. O acréscimo de 1% contemplaria as universidades, o ensino técnico-tecnológico e a educação básica (ver critérios abaixo).

Em início de agosto, o governador vetou esse acréscimo. Temos visto muitos políticos influentes querendo quebrar os vínculos de verbas sociais estabelecidos nas Constituições Federal e Estadual.

Todos sabemos que um ganho de verbas de 1% é pequeno, diríamos até insuficiente, mas representa a inversão de uma tendência anti-social que tem vigorado nos últimos tempos.

A Assembléia Legislativa precisa exercer sua autonomia, que é uma prerrogativa republicana, reafirmando sua decisão anterior e derrubando o veto do governador.

Esse adicional de 1% (em torno de 400 milhões) foi negociado na Alesp e seria repartido em partes aproximadamente iguais entre universidades, ensino técnico-tecnológico e educação básica (ensino fundamental e médio).

Conforme aprovado na LDO-2006, o repasse para as universidades estaduais passaria de 9,57% para 10% do ICMS. O acréscimo de 0,43% do ICMS é cerca de 0,36% da receita total dos impostos e, conforme as emendas, seria utilizado nas despesas de expansão.

O ensino técnico-tecnológico nunca teve dotação vinculada e passaria a ter 1% do ICMS pela LDO-2006. Isto possibilitaria um planejamento orçamentário similar ao que temos nas universidades. Do seu orçamento atual, haveria um acréscimo em torno de 0,36% da receita total dos impostos.

1%



Assembléia Geral da Adusp
12/9, 11h00, Auditório Adma Jafet - IF
Pauta: Continuidade do movimento

Alesp teria prazo para derrubar o veto

Segundo a Constituição Estadual, Artigo 28, parágrafo 5º: “A Assembleia Legislativa deliberará sobre a matéria vetada, em um único turno de votação e discussão, no prazo de trinta dias de seu recebimento, conside-

rando-se aprovada quando obtiver o voto favorável da maioria absoluta de seus membros”. Entretanto, o parágrafo 6º diz: “Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no parágrafo 5º, o veto será incluído na ordem do dia da ses-

são imediata, até sua votação final.”

A aparente contradição entre os parágrafos 5º e 6º é assunto para juristas. Nossa interpretação é de que o parágrafo 6º se aplicaria apenas em casos excepcionais. Por exemplo, se o pra-

zo de 30 dias, mencionado no parágrafo 5º, ocorrer em época de recesso parlamentar.

Embora o prazo de trinta dias tenha se esgotado em 4/9, a Alesp não deliberou sobre o veto. O veto já está em pauta, mas na 191ª posição! Assim, tem se

buscado junto aos parlamentares, inverter a pauta, ou ainda, convocar uma sessão extraordinária, que é prerrogativa do presidente da Alesp. Só a pressão do movimento poderá fazer com que o assunto entre efetivamente em votação.

Colégio de Líderes

Após a grande manifestação de 1/9, o Fórum das Seis encaminhou ofício ao Deputado Rodrigo Garcia, presidente da Alesp, solicitando que fosse buscado, na reunião do Colégio de Líderes um acordo para o encaminhamento da votação em plenário. Caso não fosse possível,

que usasse sua prerrogativa de presidente para convocar uma sessão extraordinária.

Ao final da reunião do Colégio de Líderes de terça-feira, 6 de setembro, o Fórum das Seis foi recebido pelo presidente que relatou não ter havido acordo entre as lideranças dos partidos.

Informou ainda que, antes de tomar uma decisão sobre a convocação extraordinária, faria uma última tentativa de acordo no próximo Colégio de Líderes (3ª feira, 13/9, 10 horas). Para essa reunião, estão convidados o Fórum das Seis e o Cruesp.

Comitê Educação sem veto

A Adusp criou o Comitê Educação sem Veto com objetivo de organizar ações junto aos parlamentares e à opinião pública visando a defesa da educação pública no Estado de São Paulo. As atividades do comitê incluem

entrevistas em rádios e jornais do interior, envio de mensagens, visitas aos escritórios parlamentares dos deputados, além de faixas e outdoors. As atividades previstas serão divulgadas na página da Adusp. Participe!

Aula Pública na Alesp

Com o tema “Florestan Fernandes e a defesa da Escola Pública”, o professor João Zanetic, vice-presidente da Adusp, ministrou aula em 6 de setembro no Auditório Franco Montoro.

Ele lembrou as atividades de Florestan ao longo de sua vida. Destacou a manifestação feita em 1960, numa campanha em defesa da Escola Pública, em que Florestan Fernandes atribuiu à escassez de recursos públicos as

dificuldades para democratizar o ensino. Passados 45 anos, essas denúncias de Florestan continuam uma realidade dramatizada pelo veto do governador Alckmin ao pequeno aumento de recursos conseguidos na LDO-2006. Convidado também para a aula pública, Antonio Candido, impossibilitado de participar, declarou-se solidário ao movimento e afirmou que considerava vergonhoso o veto do governador.

Indicativo do Fórum

Em reunião ao final da tarde de 6 de setembro o Fórum das Seis indica:

- Manutenção da Greve
- Ato e Vigília na Alesp na 3ª. feira, 13/9, a partir das 10 horas.
- Ato no Masp na 4ª. feira, 14/9, início às 13 horas, seguido de passeata até a Alesp.
- As entidades devem solicitar uma reunião com os reitores para 2ª. feira, 12/9, no sentido de somarem esforços junto ao legislativo.

A Adusp, por deliberação de assembléia, enviou ao jornal “O Estado de São Paulo” resposta ao seu editorial de 30/08/05, “A greve da USP”. Aguardamos sua publicação.